

# Criação de Bovinos de Corte no Estado do Pará



**Embrapa**

*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental  
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*

## **Criação de Bovinos de Corte no Estado do Pará**

José Ferreira Teixeira Neto  
Norton Amador da Costa

Editores-Técnicos

Belém, PA  
2006

# Análise Retrospectiva, Situação Atual e Visão Prospectiva

---

*José Ferreira Teixeira Neto*

*Norton Amador da Costa*

*José de Brito Lourenço Júnior*

A primeira introdução de bovinos no Estado do Pará ocorreu em 1644, procedente das ilhas de Cabo Verde. Criados inicialmente nos quintais das casas suburbanas de Belém, foram transferidos, posteriormente, para a Ilha de Marajó, com a fundação do primeiro curral, atribuída a Francisco Rodrigues Pereira, no local Anajatuba, na região do Rio Arari, onde se desenvolveu rapidamente. Em 1803, já existiam em Marajó, 226 fazendas com um rebanho de aproximadamente 500 mil cabeças. Depois, ocorreu a expansão para as várzeas do Baixo Amazonas, sempre aproveitando a oferta de pastagens nativas.

Em seguida, a pecuária passou a ocupar as pastagens nativas de terra firme, de menor potencial forrageiro. A partir de 1960, a atividade pecuária foi intensificada em pastagens cultivadas de terra firme, em decorrência da decisão política de ocupar, desenvolver economicamente e integrar a Amazônia ao restante do País. O modelo de ocupar a região pela “pata do boi” foi escolhido por ocupar grandes áreas e pelo baixo custo do processo. Para implementá-lo, foram abertas as denominadas “rodovias de integração nacional” e criados incentivos fiscais e creditícios.

Como ferramenta de ocupação da Amazônia, a atividade pecuária foi eficaz e hoje, cerca de 20 milhões de brasileiros habitam a região, que já não é um imenso vazio. As críticas ao modelo, merecidas parcialmente pelos erros cometidos no passado, principalmente em virtude do desconhecimento da região e, também, pela falta de planejamento na implantação dos projetos, foram longe demais, ao pretender afirmar que a Amazônia não tem vocação para a pecuária. Tanto que, apesar de todas as restrições legais e creditícias, a

partir da década de 1980, e posteriormente nos anos 1990, com a nova realidade econômica mundial (globalização da economia e criação dos mercados comuns) e nacional, com a implantação do chamado Plano Real, o rebanho bovino da Amazônia e, particularmente, o do Estado do Pará, cresceram 29% e 23%, respectivamente, no período de 1995 a 2000 (Tabela 1), fato somente possível em ecossistemas com elevada vocação pecuária. No mesmo período, o rebanho bovino das demais regiões do País diminuiu ou cresceu somente 3%, caso da Região Centro-Oeste, ainda e, se bem que por pouco tempo, detentora do maior rebanho nacional. Mais surpreendente ainda é o crescimento da pecuária na agricultura familiar, justificado pela segurança, liquidez e agregação de valor a terra, via formação de pastagem. Evidentemente, os produtores não estariam investindo recursos próprios em uma atividade antieconômica, uma vez que, hoje, os subsídios praticamente inexistem. No Sudeste Paraense, está se desenvolvendo uma pecuária mista (carne e leite), em pequenas propriedades e nos moldes de produção familiar, em que 74% da renda é oriunda da atividade de corte (venda de bezerros para recria e matrizes descartadas) e, somente 26% da venda do leite, importante como capital de giro para custear o preparo do bezerro.

***Os mais de 320 anos de existência são provas irrefutáveis da estabilidade da atividade pecuária, sobretudo nos últimos 40 anos, diante das drásticas mudanças de economia.***

Na Tabela 1, observa-se a evolução do rebanho bovino brasileiro e, detalhadamente, o da Região Norte, após 1959, quando foi intensificada a pecuária em pastagens cultivadas de terra firme.

Segundo os princípios de uma globalização “limpa”, os locais que conseguissem produzir com qualidade e competitividade, teriam prioridade para colocar seus produtos. Isso é particularmente verdadeiro para a agropecuária, onde as condições geoclimáticas normalmente têm efeito decisivo sobre os custos de produção. A semelhança do que ocorre no chamado primeiro mundo, os rebanhos bovinos das demais regiões do Brasil estão estabilizados ou, o que é pior, diminuindo, exceção feita para o da Região Norte, com destaque para o efetivo dos Estados do Pará e Rondônia, com crescimento acelerado, não só quantitativo, como também, e, principalmente, qualitativo. Nos últimos anos, o aumento do rebanho bovino brasileiro se deu por causa, quase que exclusivamente, ao crescimento da Região Norte.

**Tabela 1.** Evolução do rebanho bovino do Brasil por região e por unidade federativa na Região Norte.

Unidade/Região	Efetivo bovino (x 1000 cabeças)				Variação do efetivo (%)		
	1959	1990	1995	2000	59/90	90/95	95/00
Rondônia	9	1.719	3.928	6.137	19.100	229	56
Acre	37	400	471	542	1.081	18	15
Amazonas	160	637	806	975	398	127	21
Roraima	130	343	282	221	264	27	-22
Pará	923	6.182	8.058	9.934	670	30	23
Amapá	57	69	93	117	21	24	26
Tocantins	1316	4.309	5.544	6.779	-	29	22
Norte	1.316	13.659	19.182	24.705	1.038	44	29
Nordeste	13.204	26.190	23.174	21.562	217	-12	-7
Sudeste	28.647	36.323	37.168	36.832	210	2	-1
Sul	12.999	25.326	26.641	26.078	195	5	-2
Centro-Oeste	16.636	45.946	55.061	57.781	274	22	3
<b>Brasil</b>	<b>72.802</b>	<b>147.444</b>	<b>161.226</b>	<b>166.958</b>	<b>202</b>	<b>10</b>	<b>3</b>

Fonte: Teixeira Neto et al. (2002).

Pelo exposto, ceder à orquestração de interesses inconfessáveis e restringir o crescimento da pecuária na Amazônia é programar uma crise de médio longo prazo do abastecimento do produto carne, couro e derivados, uma atitude não só irresponsável, mas também criminosa contra a mesa do brasileiro, sobretudo diante de um programa de fome zero.

**Não se pode deixar de registrar que o Brasil é uma das poucas exceções onde trabalhadores com salário de US\$ 80 consomem carne bovina.**

Historicamente, a pecuária bovina desenvolveu-se no Pará, na Amazônia, por intermédio da expansão da fronteira agrícola, sob sistema extensivo de criação. Crescendo horizontalmente, pelo método tradicional de derrubada da floresta, seguida de queimadas que incorporam nutrientes pelas cinzas, melhorando consideravelmente as propriedades químicas dos solos e propiciando a formação de pastagens exuberantes. Esse crescimento pode ser explicado pelas potencialidades geoclimáticas da região, pelo baixo custo da terra, pela lucratividade apresentada e pelo espírito empreendedor dos pecuaristas desbravadores, inicialmente mais pioneiros do que empresários.

O horizonte dessa pecuária colonizadora (8 a 10 anos, em média) era, como é, o do esgotamento dos nutrientes, incorporados ao solo via queima da floresta, notadamente o fósforo. A formação e manejo das pastagens podem minimizar ou maximizar esse período, sem, contudo, alterar o destino da mesma.

Nesse contexto, a abertura das chamadas rodovias de integração nacional foi, sem dúvida, o principal fato propulsor do crescimento pecuário, tanto no Pará, como na Amazônia.

Os incentivos fiscais para a pecuária, hoje tão criticados e que beneficiaram, principalmente grandes grupos, foram, na realidade, insignificantes, quando comparados com os investimentos dos produtores, advindos da venda de propriedades bem valoradas em suas regiões de origem, que permitia a aquisição de áreas e instalação de fazendas bem maiores na Amazônia.

A década de 1970 caracterizou-se pelo início da pecuária empresarial, graças à chegada de novos pecuaristas, com a visão de que seria, como é, mais interessante recuperar pastagens degradadas de que derrubar novas áreas de floresta. O Município de Paragominas é o melhor exemplo do processo.

Acompanhando a agropecuária brasileira, a do Estado do Pará, passou nas últimas três décadas, e continua passando, por profundas e significativas transformações. Somem-se aos fatores positivos já mencionados, a adoção de tecnologia, produtos e processos, gestão empresarial e intensificação da atividade. Eles explicam um crescimento surpreendente da pecuária, inclusive na produção familiar.

Novas alternativas, já em curso, como a integração com culturas de ciclo curto e introdução de sistemas silvipastoris ou agrossilvipastoris, vão assegurar uma posição imbatível para a pecuária paraense.

Pesquisa divulgada por Régis Bonelli sobre “impactos econômicos e sociais de longo prazo da expansão agropecuária do Brasil: revolução invisível e inclusão social”, com objetivo de avaliar quantitativamente o impacto de longo prazo do desenvolvimento da agropecuária sobre a geração de renda, crescimento populacional e desenvolvimento humano/condições de vida em espaços geoeconômicos selecionados, mostrou que:

- Para cada 1% de aumento do PIB agropecuário, tem-se um aumento de 1% do PIB não-agropecuário.
- Cada 1% de crescimento da renda agropecuária propicia receitas adicionais para o município, na forma de impostos.
- Os municípios do Estado do Pará tiveram desempenho brilhante no estudo efetuado.
- Segundo o Índice de Condições de Vida - ICV, mais apropriado para as condições do estudo que o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, da ONU, por ser mais abrangente ao considerar, também, a situação da infância e condições habitacionais, além de renda, educação e longevidade, considerados no IDH, as condições de vida melhoraram consideravelmente para todas as regiões estudadas.

No eixo da Rodovia da PA - 150 e transversais, entre os Municípios de Marabá e Conceição do Araguaia, Pará, foi detectado o segundo maior crescimento de PIB agrícola do Brasil (13,9%). Além da pecuária de corte, despontou na região uma pecuária dita de leite que, em outra pesquisa, esta da Embrapa Gado de Leite/Amazônia Oriental, foi considerada a de maior rentabilidade do Brasil, mesmo vendendo o leite mais barato do País. Produção exclusivamente a pasto, com mão-de-obra familiar, venda de bezerros para recria e das vacas reformadas para o abate, são os sustentáculos desses sistemas. Detectou-se, ainda, que somente 26% da receita da propriedade provêm do leite e 74% do corte. Entretanto, o leite funciona com capital de giro para o preparo do bezerro. Produzindo 600 mil litros/dia, em 1999, um milhão, em 2000, e segundo informações da Associação dos Laticínios do Pará - ASSILPA, dois milhões no final de 2001.

Recentemente, pesquisa encomendada pelo Banco Mundial e realizada pelo Cepea-Esalq/USP, mostrou que a pecuária da Amazônia é a mais eficiente do País como pode ser verificado na Tabela 2.

Também foram estimadas as taxas internas de retorno (TIR) para a atividade de cria-recria-engorda em diversos locais da Amazônia, tendo sempre como testemunha o Município de Tupã-SP.

**Tabela 2.** Receita Líquida da pecuária bovina de corte por hectare.

Local	R\$/ano
Alta Floresta – Mato Grosso (Região Amazônica)	138,91
Ji-Paraná – Rondônia	132,87
Paragominas – Pará	102,98
Redenção – Pará	65,83
Santana do Araguaia – Pará	95,80
Tupã – São Paulo	65,32

Fonte: Margulis (2003).

**Tabela 3.** Taxas internas de retorno referentes aos sistemas de cria-recria-engorda.

Local	TIR s/terra (%)	TIR c/terra (%)	Data do Painei
Paragominas –PA	11,0	16,7	22/03/2002
Redenção – PA	9,1	14,6	25/03/2002
Alta Floresta – MT	14,5	15,2	21/05/2002
Ji-Paraná – RO	11,5	N.D.	15/05/2002
Tupã – SP	6,4	6,4	26/04/2002

Notas: Preços de terra na Amazônia: para abertura R\$ 300,00/ha; formada R\$ 1500,00/ha.

Preços de terra em Tupã-SP: para abertura e formada – R\$ 6.000,00

Fonte: Margulis (2003).

Na Tabela 4, são mostradas as taxas internas de retorno, somente para a atividade de recria e engorda.

É importante ressaltar que, por ocasião da pesquisa, os preços pagos pela arroba do boi gordo na Região Amazônica estavam reduzidos em cerca de 20%, por não ser zona livre de aftosa. Com a liberação das zonas livres, há uma expectativa de que os preços sejam corrigidos, aumentando ainda mais a rentabilidade na região.

Os números retro mencionados não representam a média atingida por todos os pecuaristas da Região Norte, e sim, daqueles que praticam uma pecuária empresarial na fronteira já consolidada da Amazônia Oriental, com destaque para o Estado do Pará.

**Tabela 4.** Taxas internas de retorno referentes aos sistemas de cria-recria-engorda.

Local	TIR s/terra (%)	TIR c/terra (%)	Data do Painel
Paragominas – PA <sup>(a)</sup>	14,5	17,9	21/03/2002
Santana do Araguaia – PA	14,7	16,9	26/03/2002
Tupã – SP	3,8	3,8	26/04/2002

Notas: Preços de terra na Amazônia: para abertura R\$ 300,00/ha; formada R\$ 1500,00/ha.

Preços de terra em Tupã-SP: para abertura e formada – R\$ 6.000,00.

(a) – Apenas engorda.

Fonte: Margulis (2003).

Mas, para que esse esforço de modernização tenha êxito, é preciso evitar a repetição de equívocos do passado, quando o pecuarista tomava decisões de investimentos, com base apenas no esperado aumento de produtividade e na expectativa de estabilidade de preços, supondo que os aumentos dos custos de produção seriam recompensados pelo aumento da produtividade. Acreditavam que o maior volume produzido cobriria com sobra as despesas com a modernização da atividade. E confiavam que o preço do boi gordo ficaria estável, o que não ocorreu. Nos últimos 20 anos, os preços caíram continuamente. Parte dessa queda se deu com a saturação do mercado da carne bovina, pelo baixo poder aquisitivo e pela concorrência da carne de frango. Os resultados desses investimentos foram grandes ganhos de produtividade e baixa rentabilidade do setor.

Para tornar a carne bovina competitiva nos mercados interno e externo, além do aumento de produtividade, é indispensável melhorar a qualidade, agregar valor, diversificar e diferenciar produtos e reduzir preços, sem comprometer a rentabilidade, como fez a avicultura. Paralelamente, é necessário promover campanha agressiva de marketing para conquistar novos países compradores e superar as restrições impostas à carne brasileira no mercado internacional. A constatação de empresários do setor é de que há uma exigência, cada vez maior, por qualidade e um interesse crescente pela carne de bovinos criados e engordados a pasto.

***A inexistência de política agrícola estável de incentivo à pecuária bovina, a falta de segurança no campo e pressões externas/internas contra o setor, têm prejudicado o desenvolvimento da pecuária no Estado.***

## Situação atual

Existem hoje 60 milhões de hectares de áreas alteradas na Amazônia, dos quais 30 milhões estão sob pastagens, estimando-se que 15 milhões encontram-se em processo de degradação. Hoje, são derrubados cerca de 2 milhões de hectares de floresta, principalmente por pequenos agricultores, que praticam agricultura de subsistência. Estudos têm mostrado que quase todo processo de ocupação agrícola na Amazônia, termina inevitavelmente na formação de pastagens.

A história da pecuária do Brasil está se repetindo na Amazônia. Tomando São Paulo, como exemplo, do capim-colonião, passou-se para o capim-pangola, daí para o capim-gordura, chegando-se nas braquiárias. Em 1976, com o “Método Cati de recuperação de pastagens”, fundamentado no uso de tecnologia, voltou-se ao capim-colonião, finalmente tratado como cultura. Similarmente, na Amazônia, tivemos o ciclo do capim-colonião, exuberante quando plantado nas cinzas da floresta, do capim-quicuio-da Amazônia e, por último, do “quase milagroso” capim-braquiarião, hoje ameaçado por sua própria monocultura.

A despeito da considerável evolução tecnológica que vem ocorrendo na pecuária da fronteira consolidada por produtores que estão alcançando resultados animadores por virem praticando uma gestão mais empresarial, com uso da tecnologia disponível, a maioria ainda se apegava à pecuária tradicional, que vem perdendo sustentabilidade progressivamente.

Abandonar a inalcançável busca pelo “capim-milagroso” é adotar a diversificação das forrageiras disponibilizadas pela pesquisa, manejando-as adequadamente. O passado tem mostrado que toda monocultura na Amazônia tem alto risco. Se a pecuária tem sido o agronegócio mais estável na região é, também, em decorrência da variabilidade genética das forrageiras, que infelizmente tem sido usada, principalmente em um processo sucessório, de alto custo.

A pesquisa tem liberado germoplasma forrageiro de diversos gêneros como *Panicum*, *Cynodon*, *Pennisetum*, *Brachiaria* e *Andropogon*.

***A hipótese de substituir os 60 milhões de hectares de capim-braquiarião existentes hoje no País, custaria hoje cerca de 30 bilhões de reais.***

O uso de sementes de alta qualidade (tipo exportação, com valor cultural em torno de 76% e impureza de 2%), evita a introdução, na fazenda, de sementes de plantas daninhas, esporos de fungos e ovos de insetos.

É necessário uma boa recuperação/renovação/formação de pastagem, observando a recomendação de fertilização decorrente da análise de solo.

Também é fundamental utilizar carga animal de acordo com a capacidade de suporte da pastagem e, sobretudo, monitorar os níveis de nutrientes no solo. O manejo inadequado e, principalmente, o declínio da disponibilidade de nutrientes no solo, com destaque para o fósforo, tem sido a principal causa da perda de produtividade das pastagens no Estado do Pará e na Amazônia.

O pecuarista deve ter sempre em mente que após uma recuperação, renovação, ou formação de pastagem, no momento em que se coloca o animal, o processo de degradação é iniciado, com a retirada de nutrientes não-cíclicos, que serão exportados junto com o boi.

***Diversificação das pastagens, com reposição dos nutrientes no solo e manejo adequado são os caminhos para manter a sustentabilidade do ecossistema de pastagens cultivadas de terra firme, no Estado do Pará.***

Deve-se empreender especial atenção com a sanidade do rebanho, sobretudo com aftosa, brucelose e tuberculose.

Se, até recentemente, a pecuária de corte caracterizava-se como atividade pioneira no processo de expansão da fronteira agrícola, atualmente, com as pressões exercidas por diversas correntes contrárias ao setor, a tendência é de que se aumente a produtividade nas áreas de fronteira consolidada.

A partir de 1995, os pesquisadores Norton Costa e Moura Carvalho, da Embrapa Amazônia Oriental, desenvolveram um projeto de produção intensiva de carne a pasto. O fundamento do processo visa aumentar a produtividade da pastagem, inicialmente com uma adubação de recuperação que, posteriormente, passa a ser somente de reposição. Para a utilização dessas pastagens, foram delineados sistemas de pastejo rotacionado simples, variando normalmente de 6 a 12 pastos, com períodos de pastejo e descanso rígidos e pré-fixados. As decisões de manejo são tomadas em decorrência do resíduo de forragem, tendo

como limite mínimo 1.500 kg de matéria seca por hectare que, quando ultrapassado, é utilizada uma área de escape, medindo cerca de 10% a 15% do sistema. O sistema permite terminar os animais com 500 kg de peso vivo aos 24-30 meses de idade.

O aumento da produção por área tem sido substancial, podendo ultrapassar 800 kg de peso vivo/ha/ano, em virtude do clima, da forrageira utilizada e da fertilidade do solo. A tecnologia tem sido bem aceita pelo setor produtivo e o Banco da Amazônia - Basa tem sido um importante parceiro da Embrapa, priorizando a pecuária intensiva nos projetos financiados pelo Fundo Constitucional do Norte – FNO. Têm sido obtidos ganhos por animal de até 180 kg de peso vivo/animal/ano, semelhantes aos alcançados pelo reduzido número de pecuaristas, que pratica uma pecuária tradicional de bom nível, com pastejo contínuo.

A recuperação e monitoramento do solo, na tecnologia para produção intensiva de carne a pasto, asseguram a longevidade produtiva da pastagem e, conseqüentemente, a sustentabilidade biológica. Triplicando a capacidade de suporte, assegura-se a sustentabilidade ecológica, evitando a derrubada de novas áreas de floresta, eliminando o uso do fogo como ferramenta de manejo das pastagens, evitando, ainda, a liberação de gás carbônico para a atmosfera. Triplicando a receita líquida em relação à pecuária tradicional, possibilita a sustentabilidade econômica. Finalmente, contribui para a geração de empregos na cadeia produtiva da carne/couro, valorizando a mão-de-obra dentro da fazenda.

Como prova inequívoca e conseqüência inevitável desses fatos, o rebanho da Região Norte e, em particular, o do Estado do Pará apresentou no período de 2000 a 2003 um crescimento médio anual 5,5 vezes maior que o da média das demais regiões do País e 3,6 maior que o do Brasil.

Surpreende o fato de apresentar números negativos na Região Norte, notadamente nos que cederam às pressões contra a pecuária e adotaram a linha da máfia verde, que ataca não só a bovinocultura, mas toda e qualquer atividade produtiva que gere desenvolvimento na Amazônia.

## Visão prospectiva da pecuária no Estado do Pará

As condições climáticas do Estado do Pará, com temperaturas estáveis, elevada radiação solar em termos anuais e umidade durante todo o ano, criam condições favoráveis para o crescimento de espécies tropicais.

Os solos sob floresta de terra firme, com boas características físicas, se tiverem suas propriedades químicas monitoradas e corrigidas, também permitem altas taxas de crescimento para espécies tropicais.

A diversidade de espécies forrageiras tropicais selecionadas e liberadas pela pesquisa permite a implantação de pastagens de alta produtividade e de boa qualidade.

O excelente trabalho de melhoramento genético feito no Brasil com as raças zebuínas, principalmente a nelore, aliado aos avanços em nutrição, manejo e, mais recentemente, em conforto animal, permitem a obtenção de índices de produtividade semelhante aos das raças especializadas européias.

Todas essas características reunidas propiciam a produção de carne e leite a pasto (o boi verde) em condições de alta competitividade, o que permite esperar um crescimento vertical da atividade na chamada fronteira consolidada do Estado e da Amazônia, por meio da recuperação de pastagens degradadas e intensificação da atividade, uso de tecnologia e gestão empresarial (Fig. 1).

Intensificar a produção significa produzir mais em menor área, tornando a pecuária competitiva e apta a concorrer no processo de uso da terra, em face da acentuada valorização que vem ocorrendo, em virtude de diversos fatores, destacando-se entre eles a vocação inequívoca da região para a atividade, o aumento da agricultura nos cerrados da região Centro-Oeste e o crescimento da agricultura no Estado.

Produzir com qualidade implica passar a produzir alimento saudável, em vez de boi gordo, ou seja, um novilho precoce ou super precoce, com carne macia, capa de gordura uniforme, devidamente rastreado e certificado.



**Fig. 1.** Uso de tecnologia e gestão empresarial.

Aumentar a eficiência produtiva com sustentabilidade, entende-se por diminuir a idade e aumentar o peso de abate com sustentabilidade biológica, econômica, ambiental e social.

Dada a complexidade dos processos biológicos, isso exige uma gestão altamente empresarial, que raramente é praticada na fazenda e que permitirá colocar a pecuária no mesmo nível de administração que a agricultura e indústria, inclusive com adoção da tecnologia disponível e adequada para cada situação.

É indiscutível que a pecuária brasileira está se deslocando para a Amazônia, com destaque para os Estados do Pará e Rondônia, que apresentam os maiores crescimentos na produção de carne e leite do País (Tabela 1).

É preciso também uma política clara, definida e estável de incentivo à pecuária do Estado do Pará, afastando-se as ameaças que pairam sobre o setor, oriundas de diversas correntes, pretensamente defensoras do ambiente, a serviço de interesses estrangeiros e sempre contrárias a qualquer atividade desenvolvimentista na Amazônia.

Do contrário, estaremos projetando em curto/médio prazo, uma crise já evidenciada nas Tabelas 1 e 5, uma vez que o maior crescimento do rebanho ocorre na Região Norte.

O efetivo do rebanho publicado no Anualpec 2004 (Tabela 5) diverge significativamente dos liberados recentemente pelo Ministério da Agricultura afetando algumas projeções para 2004, na publicação da FNP. Depois de um desaquecimento do setor entre 1995 e 2000, como conseqüência da implantação do chamado Plano Real, no qual somente os rebanhos da Região Norte e do Centro-Oeste apresentaram crescimento de 29% e 3%, respectivamente, nos anos 2000 começou uma recuperação no plano nacional, sempre liderada pela Região Norte, com destaque para o Estado do Pará (Tabela 1).

**Tabela 5.** Balanço da bovinocultura no Brasil.

Referência	Ano			
	1995	2000	2003	2004*
<b>Rebanho Bovino</b>				
Milhões de cabeças	154,1	160,4	167,0	164,8
<b>População humana</b>				
Milhões de habitantes	154,9	169,8	178,6	181,5
<b>Produção/abate</b>				
Milhões de cabeças	36,9	35,1	40,4	41,3
Matrizes (%)	47,8	43,0	46,1	44,9
Produção (Milhares de t. Eq. Carcaça)	6.768	6.567	7.629	7.810
<b>Consumo interno</b>				
Quantidade (Milhares de t. Eq. Carcaça)	6.603	6.070	6.479	6.460
<i>Per Capta</i> (kg/hab./ano)	42,6	35,7	36,3	35,6
% da produção	97,6	92,4	84,9	82,7
<b>Exportações</b>				
Quantidade (Milhares de t. Eq. Carcaça)	287	554	1.208	1.413
Valor (Milhares de US\$)	473,6	755,2	1.492,8	1.746,5
% da produção	4,2	8,4	15,8	18,1
<b>Preço ao produtor</b>				
São Paulo (US\$/@)	26,2	21,9	18,8	21,7

Fonte: Pecuária... (2004).

\*Projeção

O consumo externo tem se mantido estável, enquanto o consumo interno “per capita” diminuiu em cerca de 7 kg/habitante/ano. Baixo poder aquisitivo de grande parte da população e o incremento das exportações são as principais causas. Equivale dizer que, em termos médios, em 1995, cada brasileiro

poderia consumir 1,17 bifês de 100 g por dia. Já em 2004, somente 0,975 do referido bife. Em 1995, 97,6% da produção era destinada ao consumo interno. Em 2004, a previsão é de que tal percentual caia para 82,7%.

As exportações de carne praticamente quintuplicaram em volume entre 1995 e 2004, não acontecendo o mesmo com a receita, que somente aumentou em 3,7 vezes. Outro problema é que os melhores preços, auferidos pela venda ao mercado externo, não chegam ao produtor, que fica somente com o ônus de produzir um boi diferenciado, rastreado e certificado. Portanto, é imprescindível melhor organização da cadeia produtiva, que nunca será forte e estável com elos frágeis.

Finalmente, os preços pagos ao produtor, tomando por base o mercado de São Paulo, caíram de US\$ 26,2 para US\$ 21,7 entre 1995 e 2004 (20,7%). Considerando a inflação acumulada no período, os principais insumos, atrelados ao dólar e aos serviços básicos, sempre reajustados acima da inflação, não resta ao produtor outra alternativa que não seja aumentar a eficiência produtiva. No Estado do Pará, o quadro é mais grave ainda, pois existe uma diferença de preço em relação ao restante do País, da ordem de outros 20%, por ser zona sujeita à febre aftosa.

As mudanças aceleradas na economia mundial e do País somente permitirão que os mais aptos sobrevivam nos diversos ramos de atividade. No setor agropecuário, é importante a utilização dos resultados dos zoneamentos ecológicos para direcionar as culturas para os locais de maior vocação, que produzirão competitivamente para o resto do País ou do mundo. Pelo menos esse seria o fundamento teórico de uma globalização limpa. Na prática, tem-se descoberto, surpreendentemente, o chamado Primeiro Mundo assustado com o potencial das economias emergentes, defendendo-se com sobretaxas dos produtos agrícolas, além de subsidiar fortemente seus produtores rurais. Somente a Comunidade Européia, no ano de 2000, distribuiu subsídios da ordem de US\$ 380 bilhões, o que representa mais de US\$ 1 bilhão por dia.

O boi de confinamento dos EEUU, mesmo alimentado com grãos subsidiados e vendido a US\$ 50.00 por arroba, ainda dá prejuízo e gera montanhas de resíduos poluentes. Além disso, vem sendo rejeitado pelos mercados mais exigentes, decorrentes dos possíveis resíduos químicos na carne, principalmente os hormônios. No entanto, o boi produzido a pasto na

Amazônia, vendido a US\$ 16.00, ainda deixa lucro para a pecuária empresarial e produz carne de melhor qualidade para a alimentação humana. Entretanto, é imprescindível e urgente que se obtenha certificação de qualidade para colocação de nossa carne nos mercados mais exigentes.

Com o aparecimento do mal-da-vaca-louca, do surto de febre aftosa na Europa, da rejeição do boi de confinamento e da procura por produtos naturais, o pecuarista brasileiro e o da Amazônia, em particular, deve se preparar para produzir o “boi verde” numa primeira etapa, e o “boi orgânico” em uma segunda fase, imediata e consecutiva. Para tal, é preciso que se produza um animal rastreado e mais adiante certificado, com carne de alta qualidade.

A integração com cultivos anuais é uma alternativa viável, sem custos e ainda lucrativa de recuperar pastagens degradadas, que vem sendo adotada por inúmeros pecuaristas do Estado, que não têm tradição em agricultura. Consiste no arrendamento de uma parte da fazenda, por um período de 4 a 5 anos para agricultura, retornando com a pastagem. Findo esse prazo, aproveita-se a adubação residual dos cultivos.

Outra alternativa atraente é a introdução de sistemas silvipastoris ou agrossilvipastoris, utilizando espécies arbóreas de alto valor comercial que, além de aumentar o conforto animal e melhorar a ciclagem dos nutrientes, permite agregar valor à propriedade. Entende-se ainda, que a pecuária, usufruindo benefícios diretos e imediatos, pode financiar a produção das espécies florestais.

Todas as projeções levam a crer que o crescimento da pecuária no Estado, seja solteira ou integrada com outras culturas, é irreversível e será insensato tentar contê-la em face da estabilização/redução no crescimento dos rebanhos das outras regiões do País e do mundo.

Um provável aumento da demanda interna, resultante da elevação do poder aquisitivo das classes de menor renda e ainda da crescente demanda do mercado externo, pré-destinam o Estado do Pará a ser o maior produtor de carne do Brasil.

***Mesmo com o preço da carne beirando os mínimos históricos, a pecuária bovina do Estado do Pará tem apresentado crescimento quase inacreditável, à semelhança do agronegócio brasileiro.***

*No quase inacreditável desempenho do agronegócio brasileiro, a pecuária paraense tem apresentado um papel crescente e, sem dúvida, em curto prazo, será o maior Estado produtor de carne bovina do Brasil.*

## Referências Bibliográficas

MARGULIS, S. **Causas do desmatamento da Amazônia brasileira**. Brasília: Banco Mundial, 2002. 100p.

PECUÁRIA de corte – estatísticas. **ANUALPEC**: anuário da pecuária brasileira, p.63-90, 2004.

TEIXEIRA NETO, J.F.; LOURENÇO JÚNIOR, J. de B.; MOURA CARVALHO, L.O . D. de; SIMÃO NETO, M.; COSTA, N.A. da. Sistemas de produção de carne bovina em bubalina na região norte. In: SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO DE GADO DE CORTE, 3., 2002, Viçosa. **Anais...** Viçosa... Viçosa: UFV, 2002. P.65-73.